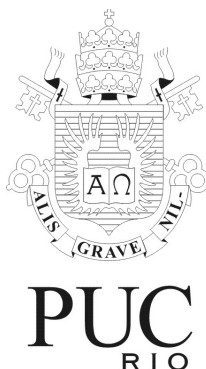


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA



MONOGRAFIA II

**TÍTULO: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICA: PESQUISA E EXTENSÃO EM
UM PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO**

ALUNO:

ANDRÉ WERNECK BARROUIN

(Nº DE MATRÍCULA: 411415)

ORIENTADORA:

SOLANGE JOBIM E SOUZA

Rio de janeiro, 30 de Novembro de 2009

Resumo

Este trabalho abarca algumas questões sobre minha participação como voluntário de um pré-vestibular comunitário, inserido em uma pesquisa mais ampla sobre o surgimento desses cursos no Rio de Janeiro e propondo uma problematização sobre suas práticas. Ao longo de dois anos participando da equipe de Psicologia do Invest, no que poderíamos chamar de um “projeto de extensão” coordenado por alunos de graduação da PUC-Rio, buscamos desenvolver um trabalho com os alunos do curso tendo como mote a orientação profissional. Paralelamente a esse trabalho, foi realizada uma pesquisa-intervenção neste mesmo curso, relativa à minha inserção como bolsista Pibic no programa de Iniciação Científica.

Em 2008, foi realizado um levantamento de notícias no jornal *O Globo* para mapear os discursos e a produção de sentidos nos jornais sobre algumas políticas públicas para ensino superior que têm em comum a criação de novos mecanismos de acesso às universidades. Essa investigação nos aproximou da problemática relativa ao ingresso no ensino superior no Brasil, tema que atravessa as práticas desenvolvidas nos diferentes pré-vestibulares comunitários. Acompanhamos a relevância deste tema no campo social, atentando para as “vozes” convocadas – ou silenciadas – a ocupar lugares discursivos distintos nas páginas do jornal. O olhar sobre a cobertura jornalística destas medidas deflagrou um campo de disputas políticas importante, que amparado pela Teoria Ator-rede, permitiu desvelar uma atuação contrária em relação à política de cotas, mais especificamente no que diz respeito às cotas raciais.

No ano seguinte, parte das notícias foi usada como ferramenta de intervenção para a realização de duas atividades com os alunos do Invest, uma das quais este trabalho pretende problematizar, podendo alargar o campo de atuação da equipe de Psicologia. A realização de oficinas de leitura de jornal serviu para disparar discussões sobre as políticas públicas que interferem nos planos dos alunos relativos ao ingresso no ensino superior. Com isso, buscamos uma discussão mais ampla sobre educação e política, colocando em questão o próprio modelo do vestibular – caracterizado como um mecanismo meritocrático de manutenção das desigualdades sociais – e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos cursos pré-vestibulares comunitários.



**JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICA:
PESQUISA E EXTENSÃO EM UM PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	2
- Políticas Públicas e Educação Superior: Reuni, ProUni e a Política de Cotas	4
- “Enacting”: O jornal enquanto ator social	7
- O Globo	9
- Política de Cotas: A mensagem por trás dos editoriais	15
- Reuni e ProUni: A educação superior entre o público e o privado	19
- Desdobramentos	20
CAPÍTULO II	23
- Pré-vestibulares comunitários ou populares: um breve histórico	23
- PVNC, CEASM e Invest	27
- Feira das Profissões	33
- Oficinas	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

Rio de Janeiro
Setembro de 2009

Introdução

As indagações que motivaram a realização deste trabalho, além da minha participação como voluntário de um pré-vestibular comunitário, encontram respaldo em algumas observações encontradas na dissertação de mestrado “Jovens de Pré-Vestibulares Comunitários na Puc-Rio: Experiências e Táticas no Convívio com a Alteridade”. Barcellos (2007), ao realizar uma investigação sobre os modos de circulação dos jovens bolsistas no espaço acadêmico, destacou as “táticas” (CERTEAU, 1980) – coletivas e individuais – desenvolvidas para o enfrentamento de obstáculos no cotidiano deste ambiente. A autora privilegiou os estudantes oriundos de cursos pré-vestibulares comunitários, justificando sua escolha pelo entendimento de que a passagem por alguns desses projetos – com origens em movimentos sociais e propostas pedagógicas de cunho político – promoveriam mudanças no modo de seus alunos compreenderem o campo social. A trajetória por estes cursos foi percebida como algo relevante na construção de um posicionamento diferenciado dentro da universidade:

“o modo de atuação de alguns dos cursos pré-vestibulares comunitários, definitivamente, seria o elo propulsor de maneiras singulares de ação e experimentação de ‘ser estudante/bolsista de Graduação da PUC-Rio’, sendo ainda mais um vetor, o dos mais fundamentais, na rede mais ampla de forças que permeia essa experiência. Isso se torna ainda mais nítido quando funcionários da Pastoral trazem em seus discursos o reconhecimento de que determinadas posturas dos jovens que lá freqüentam estão diretamente atravessadas pelas orientações e filosofias destes movimentos populares.” (BARCELLOS, 2007, p. 47)

Em seu percurso pelo campo de pesquisa, a autora se deparou com jovens que faziam diferentes “usos” do espaço universitário, delineando “cartografias” a partir de suas trajetórias e negociações com os demais atores do ambiente acadêmico. Este, muitas vezes, pareceu representar um contexto estrangeiro para os jovens bolsistas, muito distante de suas referências de origem. Deste modo, os jovens desenvolveram aquilo que Certeau denomina como *táticas*, possibilitando formas criativas de uso e apropriações do que é estabelecido pelo contexto universitário:

“o mesmo processo se encontra no uso que os meios “populares” fazem das culturas difundidas pelas “elites” produtoras de linguagem. Os conhecimentos e as simbólicas

impostos são o objeto de manipulações pelos praticantes que não são seus fabricantes” (CERTEAU, 1980, P. 95)

Barcellos relata que alguns jovens desenvolveram verdadeiras redes de apoio, usando o campus universitário como um espaço de militância e afirmando um lugar social através da “fabricação” da identidade de aluno bolsista. Por outro lado, outros pareceram optar pela “invisibilidade”, desenvolvendo uma circulação “silenciosa” dentro do campus. Em alguns casos, isso significava uma medida de auto-proteção para se misturar de modo homogêneo ao corpo de alunos mais amplo, buscando inclusive se afastar dos elementos que pudessem denunciar sua origem social. Podemos pensar todas essas maneiras de transitar sob o prisma das “táticas”, onde se opera um trabalho criativo de apropriação das “estratégias” impostas pela universidade, entendendo que os múltiplos desvios se valem de “fendas” diferenciadas (CERTEAU, 1980).

A constatação desse panorama, no qual são expressas diferentes formas de circulação dos ex-alunos de pré-vestibulares comunitários no espaço acadêmico, permite uma interrogação sobre qual o papel desempenhado por essas instituições, ou seja, possibilita questionar de que maneira as práticas discursivas que as atravessam e sustentam interferem na produção de subjetividades de seus alunos. Produção esta que pode fortalecer as posturas, condutas ou “táticas” anteriormente citadas, após o ingresso na universidade. Desta forma, o interesse deste trabalho se concentrou em interrogar a dimensão transformadora dessas instituições, capazes de multiplicar suas ações na medida em que afetam seus alunos, articulando formas de pertencimento e coletividades, que os impulsiona para a ação política.

Além de uma pesquisa bibliográfica sobre o surgimento destes cursos, a inserção como voluntário no curso Invest permitiu que novas questões pudessem se apresentar, ajudando a pensar em estratégias de intervenção no cerne das próprias questões da pesquisa.

Capítulo I

Logo após meu ingresso como voluntário do Invest no início de 2008, uma série de discussões sobre políticas públicas destinadas para o ensino superior ocupava um espaço significativo na grande mídia, especificamente as que apresentavam em comum o tema da criação de novos mecanismos de acesso às universidades. Dentro desse contexto, o jornal impresso se mostrou um elemento interessante para acompanhar as representações e disputas que se faziam a respeito desse tema.

O objetivo desta primeira etapa da investigação foi construir uma metodologia para compreender como acontece a *fabricação dos fatos* no discurso jornalístico, tornando evidente as disputas no campo social no que diz respeito ao Reuni, ao ProUni e as cotas nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas e/ou auto-declarados negros. Com a análise das notícias, foi possível observar e destacar as tensões nas relações de poder que estão em jogo em um determinado momento histórico sobre esse tema.

Tendo como base o posicionamento epistemológico e metodológico da teoria *ator-rede* (Latour, 1994; Moraes, 2004; Arendt, 2008)¹, tomamos os redatores envolvidos na elaboração das notícias do jornal *O Globo*, assim como também o jornal propriamente dito na sua materialidade e na sua forma de dispor as notícias, como atores ou “*actantes*”², cuja intenção seria “encenar”³ ou “fazer existir” uma dada

¹ Moraes (2004), citando Latour (1992) e Callon (1986), afirma que a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada da tradicional categoria sociológica de ator, que exclui qualquer componente não-humano. Por outro, também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades das quais ela é composta, sejam naturais ou sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações trazendo novos elementos. Assim uma rede de atores é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede, capaz de redefinir e transformar seus componentes.

² Moraes (2004) esclarece que para Bruno Latour um ator ou *actante* se define como qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, isto é, produza efeitos no mundo e sobre ele. A autora enfatiza a necessidade de se diferenciar o sentido atribuído por Latour do sentido tradicional porque, neste último caso, ator se confunde com a noção de fonte de ação atribuída a um humano. Na acepção de Latour, um *actante* é caracterizado pela heterogeneidade de sua composição; ele é, antes, uma dupla articulação entre humanos e não humanos e sua construção se faz em rede.

³ O termo “enacting” cuja tradução neste contexto é “encenar” ou “fazer existir”, (Law; Urry, 2002) significa que a realidade social não é uma entidade que existe em si mesma, mas é permanentemente produzida com o auxílio de atores humanos e não humanos, não sendo, portanto, nem fixa nem imutável, mas, ao contrário, móvel e em permanente transformação. A teoria ator rede e o conceito “enacting” nos permitem compreender o mundo social e sua materialidade como elementos tensionados, gerando performances que desencadeiam resultados múltiplos e diversos. Os autores utilizam o conceito “enacting” para defender uma nova maneira de investigação científica no campo das ciências sociais, ou

realidade. Esta realidade é deflagrada pelos efeitos das negociações em rede que são desencadeadas no campo social, ou seja, a interlocução com os possíveis leitores do jornal, a sua interface com outras instituições jornalísticas, os fluxos de interesses políticos que atravessam suas matérias, além do lugar ocupado pelo pesquisador, sujeito interessado em analisar e explicitar o tema das políticas públicas para o ensino superior.

Nesta etapa, a pesquisa trabalhou com a análise das notícias veiculadas no jornal *O Globo*, durante o período de março a junho de 2008, tendo como foco principal acompanhar a maneira como esse veículo de comunicação conduziu o debate sobre os temas, incluindo a forma como apresentou as ações referentes a essas políticas. O objetivo foi mapear os sentidos produzidos por essa modalidade discursiva específica, considerando elementos para além do próprio texto, em uma perspectiva multimodal⁴. Deste modo, procuramos observar quais atores ou *actantes* foram convocados, ou não, a participar da produção de realidades sociais, no que diz respeito ao embate sobre a questão da definição de políticas públicas para esse segmento da educação.

Políticas Públicas e Educação Superior: Reuni, ProUni e a Política de Cotas

No dia 24 de Abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. O programa foi desenvolvido “com o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”⁵.

Apesar de sua implementação ter sido pautada no princípio da adesão, a discussão sobre as metas e condições do programa enfrentou fortes resistências por parte de diretórios acadêmicos, movimentos estudantis e associações de docentes contrários a essa política. Este processo envolveu a organização de assembléias, eventos e abaixo-assinados em diferentes estados, chegando a ocorrer ocupações por estudantes

seja, nesta perspectiva os discursos científicos não descrevem propriamente a realidade social, mas contribuem para fazer existir ou encenar uma determinada realidade. É neste sentido que os discursos jornalísticos, tomados como materialidades, desencadeiam sentidos e ações, que, por sua vez, geram fatos e realidades que interferem no mundo social. Esse ponto será retomado mais adiante, ao longo das análises apresentadas.

⁴ De acordo com Mary Jane Spink (2006) “uma análise discursiva adequada à descrição dos produtos multimodais é levar em consideração processos de produção de sentidos fundamentados, concomitantemente, no potencial semiótico dos materiais utilizados, e em humanos tomados como atores sociais. Ou seja, todos os aspectos da materialidade e todas as modalidades usadas em um objeto/fenômeno/texto multimodal contribuem para a produção de sentidos”. (p. 20)

⁵ Trecho do Art. 1º do Decreto nº 6.096.

em diversas reitorias, o que exigiu, em alguns casos, atuações da polícia federal para reintegração de posse. Porém, apesar das tensões encontradas, no dia 20 de Dezembro de 2007, a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) foi a 53ª instituição a apresentar proposta de expansão ao Ministério da Educação, representando a adesão total das universidades contempladas por essa política.

O Reuni apresenta uma série de dimensões em seu programa, descritas no ponto 3.2.1 do documento intitulado *Diretrizes Gerais*, elaborado pelo MEC. Porém, duas delas afetam mais diretamente o acesso e a permanência nas universidades federais por parte de uma parcela específica de jovens historicamente excluídos do ambiente acadêmico. Podemos incluir também aqueles que, neste momento, preparam-se em diversos cursos pré-vestibulares comunitários espalhados pelo Brasil para enfrentar os exames que se aproximam. São elas as dimensões⁶:

- (A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública
 1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
 2. Redução das taxas de evasão;
 3. Ocupação das vagas ociosas.

- (E) Compromisso Social da Instituição
 1. Políticas de inclusão;
 2. Programas de assistência estudantil;
 3. Políticas de extensão universitária

Durante o período especificado, acompanhamos os desdobramentos do programa através das matérias publicadas no jornal, no primeiro ano em que passou a vigorar. A intenção era observar a maneira como se cobriam as primeiras medidas do Reuni e quais os sentidos que se produziam sobre o programa, atrelados à forma com que se construía e organizavam os discursos a seu respeito.

Outra importante política no campo da educação superior observada nas notícias foi o ProUni. O Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em

⁶ Trecho das Diretrizes Gerais do Reuni, Pág. 11.

2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Seu objetivo é conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, oferecendo em contrapartida, a isenção de alguns tributos para as universidades conveniadas.

“Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos”⁷, o ProUni atravessava uma encruzilhada em seu quarto ano de existência. Por um lado, passava por um período de reformulação de diretrizes, incluído nesse processo o 1º Encontro de Estudantes do ProUni, ocorrido no dia 29 de Março de 2008 durante o Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu. Neste evento, os estudantes bolsistas entregaram ao atual ministro da Educação – Fernando Haddad – um documento contendo a descrição dos mais diversos problemas que eles encontraram no ambiente universitário e nas condições que o programa estabelecia. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal realizava, na mesma época, o julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) contra o ProUni. O argumento era que ao beneficiar estudantes de baixa renda e/ou reservar cotas para os auto-declarados negros e indígenas, o programa estaria criando uma discriminação entre os cidadãos brasileiros, violando o princípio da isonomia.

Apesar de seus números expressivos relativos à inclusão no ensino superior brasileiro, o programa recebia uma série de críticas e se encontrava no meio de disputas políticas que ameaçam a sua própria manutenção. Isto se evidencia ainda hoje com os recentes casos de fraude no programa - noticiados no mesmo jornal estudado – envolvendo alunos bolsistas que têm renda superior ao estabelecido ou possuem carros importados em seu patrimônio.

Com isso, chegamos a terceira e última política observada e acompanhada nesse período, em meio a um grupo de políticas mais amplo. São elas as políticas internamente adotadas em algumas universidades federais e estaduais, responsáveis por implantar a reserva de vagas para estudantes da rede pública, incluindo também cotas raciais, em especial as referentes aos estudantes auto-declarados negros.

Além das políticas vigentes nessa categoria, a polêmica particular em torno desse tema é muito ampla, pois perpassa o delicado tema do racismo em um país que carrega em sua história relativamente recente um passado escravocrata. Isso acaba trazendo para

⁷ <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/Oprograma.shtm>

o debate atual a possibilidade da institucionalização das cotas nesse segmento da educação do país, representada pelo Projeto de Lei 73/99, que tramita na Câmara dos Deputados, propondo a instituição de cotas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas, incluindo subcotas raciais. As cotas seriam singularmente calculadas e proporcionalmente definidas de acordo com a configuração étnica da população de cada estado, pautadas nos dados do IBGE.

Esse grupo de políticas públicas, composto pelo Reuni, pelo ProUni e pelas Cotas Raciais é representado de diferentes maneiras nas notícias analisadas, funcionando como o ponto de partida para a investigação realizada. A questão principal é tentar apreender o papel político-social que o jornal desempenha ao tratar dessas medidas, mapeando os discursos que circulam nesse meio sobre o tema, bem como os sentidos implícitos naquilo que está impresso.

“Enacting”: O jornal enquanto ator social

No artigo “Enacting the Social”, Jonh Law e Jonh Urry (2003) argumentam que as ciências sociais precisam se libertar das metodologias de pesquisa do século XIX, caso tenham a pretensão de produzir um discurso científico coerente e aplicável ao contexto contemporâneo. São defensores dessa posição, pois acreditam que nos tempos atuais não seria possível entender as ciências sociais pautadas numa postura de neutralidade, onde o pesquisador observa os objetos do seu campo de maneira imparcial, independentemente dos contextos históricos e lingüísticos que o atravessam. Estes métodos apóiam-se na premissa de descobrir e descrever o funcionamento do mundo tal como ele é, ou seja, atuam como se possuíssem um mecanismo de acesso para a realidade das coisas em si ou como se detivessem as chaves metodológicas para as verdades universais.

Herdeiros da tradição pragmática da linguagem, os autores apresentam o conceito “*enacting*” para defender uma nova maneira de investigação científica no campo das ciências sociais, cuja tradução para o português se aproximaria dos termos “encenação”, “atuação” ou “fazer existir”. Esse conceito parte do entendimento da realidade enquanto produção social em constante transformação, proveniente dos acordos lingüísticos e das práticas sociais que se estabelecem num dado momento histórico. O que se entende com isso é que as palavras, sendo práticas sociais, engendram o mundo ao se pronunciar

sobre ele⁸. Vale dizer, que a palavra aqui é considerada como materialidade, melhor dizendo, a palavra, quer seja falada ou escrita, é objeto articulador de sociabilidades e materialidades. Portanto, as ciências sociais produziram realidades ao descrever o mundo, atuando sobre ele de maneira performativa, produzindo o social ou “enacting the social”, como sugere o título do artigo. Nesse momento, surge aqui um questionamento ético importante, pois se o discurso científico no campo das ciências sociais tem a capacidade de criar realidades, ou “atuar” sobre o mundo, é preciso interrogar quais seriam as realidades que estes discursos estariam ajudando a criar.

Essa capacidade de agir sobre o mundo não é uma exclusividade do discurso desse campo do saber específico. A rigor, qualquer ator inserido no campo social, seja ele humano ou não-humano, detém algum grau de capacidade de ação no mundo. O que proporciona uma abrangência maior da atuação das ciências sociais é a legitimidade atribuída socialmente ao seu discurso.

É neste sentido que se justifica a escolha pelo jornal como metodologia de pesquisa, reconhecendo o seu poder de atuação sobre a opinião pública, ou seja, o jornal enquanto produtor de realidades, que faz existir mundos na medida em que gera outras sociabilidades articuladas a materialidades. Melhor dizendo, ao ler uma matéria sobre o Reuni, ou sobre o desempenho dos alunos do ProUni, algo se torna presente a partir dos efeitos que os discursos jornalísticos produzem no campo social. Esse veículo midiático, para além do seu caráter meramente informativo, baseado em narrativas de fatos do cotidiano, carrega sentidos que ajudam inclusive a produzir um determinado entendimento sobre aquilo que é publicado. O papel político-social dos jornais, fruto do status de “formador de opinião”, pode ser usado de modo intencional ou não, de acordo com a maneira que resolve compor e organizar suas pautas. Os discursos veiculados nas chamadas e matérias produzem sentidos para o seu público leitor, que se convertem em maneiras de se posicionar no mundo frente as mais variadas questões. No entanto, o que se veicula nos jornais também é produzido com base nos discursos que circulam no campo social de uma maneira mais ampla, compondo uma relação dialética, onde determinadas forças políticas entram em confronto.

⁸ No que diz respeito à concepção de linguagem aqui adotada, admi-se com Mikhail Bakhtin e Wittgenstein a impossibilidade do acesso a uma realidade independente da linguagem. Com base nos autores citados se entende a linguagem como prática social e, conseqüentemente, sua vinculação a diversos interesses e intenções. Portanto, a linguagem articula materialidades e sociabilidades, ou seja, por trás das práticas sociais existe sempre um “texto”, mesmo que este não se expresse convencionalmente por palavras, faladas ou escritas. (ALBUQUERQUE; JOBIM e SOUZA, 2008).

No artigo “O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro”⁹, de Ronald Arendt e Alexandra Tsallis (2006), os autores trabalham com notícias referentes ao Rio, entendendo o jornal como um actante, um “disparador de uma discussão que revele outros Rios de Janeiro possíveis” (Pág. 68). Num sentido mais amplo, o que se propõe é problematizar o regime de verdades expresso no jornal, que pelo seu caráter híbrido, parcial e não totalizante, pode deixar pistas ou apontar caminhos para outras descrições/produções possíveis. O jornal, enquanto “um não-humano feito por humanos, traduz, nesta relação complexa (os redatores e repórteres descrevendo o mundo com seus esquemas impostos pela prática jornalística), a realidade” (Pág. 68). É partindo dessa perspectiva, relacionado-a ao tema das políticas públicas para educação superior, que pretendemos nos debruçar sobre as notícias selecionadas.

O Globo

No decorrer do período analisado, foram encontradas trinta e quatro notícias referentes às políticas públicas especificadas, sendo que sete delas fizeram referência ao Reuni, dez ao ProUni e vinte e cinco trataram do tema das cotas raciais.

As notícias sobre Reuni se concentraram no mês de março, período em que o programa foi lançado pelo presidente Lula e os 53 reitores das universidades federais. Nos meses seguintes o programa só foi citado duas outras vezes, juntamente com o ProUni, em publicidades institucionais, uma do governo federal e a outra referente aos dados do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

As notícias sobre o ProUni estiveram espalhadas pelo o período tratado e as referentes as cotas raciais concentraram-se no mês de Maio, em função das votações a cerca de sua constitucionalidade.

Matérias do Jornal *O Globo* – Março de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Sexta-feira	14/03	O País	Universidades terão 358 mil novas vagas até 2012	Números do Reuni; menção a resistências na UFRJ

⁹ In: SPINK, P. K. (Org.) ; SPINK, M J (Org.) . Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Editora Cortez, 2006. 213 p.

Sábado	15/03	Rio	Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à Associação de Docentes da UFRJ	Críticas ao Reuni
Terça-feira	18/03	O País	Lula diz que faz revolução no ensino universitário	Números do Reuni e do ProUni
Domingo	23/03	Rio	UFRJ prepara 16 cursos para oferecer até 2012	Novos cursos; números do Reuni; críticas ao programa
Domingo	23/03	Rio	Outras universidades planejam expansão	Números do Reuni

Matérias do Jornal *O Globo* – Abril de 2008

	Data	Sessão	Notícia	Temas
Quarta-feira	02/04	O País	Governo amplia financiamento para os bolsistas do FIES	Alterações no Fies; combinação Fies+ProUni
Sexta-feira	04/04	O País	Exame vale pontos no vestibular	ENEM como critério de seleção do ProUni; critérios para receber a bolsa
Domingo	06/04	O País	Um grande voto no julgamento do ProUni	Discussão sobre a inconstitucionalidade do ProUni; Ministro dá voto favorável a política; defesa das cotas no programa
Quarta-feira	09/04	O País	Reitor atribui invasão à política de cotas da UnB	Reitor relaciona ocupação da reitoria às críticas que recebe às políticas de inclusão social e racial adotadas na UnB; reserva de 20% das vagas para negros

Matérias do Jornal *O Globo* – Maio de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Quinta-Feira	01/05	Capa	“Manifesto dos 113” condena cotas raciais	Citação do manifesto entregue ao Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	01/05	O País	Grupo entrega ao STF manifesto contra cotas	Grupo contrário à política de cotas

				raciais entregou uma carta de protesto ao presidente do STF; Subsídio para a tomada de decisões; cita a votação sobre a inconstitucionalidade do ProUni e suas cotas; ministro da educação defende ações afirmativas
Quinta-feira	01/05	O País	Os 113 anti-racistas contra as leis raciais	Trecho da carta entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	01/05	O País	Declaração sobre o “QI do baiano” causa revolta	Coordenador do curso de medicina da UFBA insinuou que a política de cotas para negros poderia ter contaminado o resultado do curso no ENADE
Domingo	04/05	Cartas dos Leitores	Cotas raciais	Cartas de leitores favoráveis e contrárias às políticas de cotas raciais
Terça-feira	06/05	Rio	Prefeitura barra pré-vestibular em suas escolas	Prefeitura consegue suspender liminar que garantia aos professores e alunos de pré-vestibulares comunitários acesso aos espaços das escolas públicas municipais
Quarta-feira	14/05	O País	Supremo recebe manifesto a favor das cotas	Grupo de defensores da política de cotas raciais entregou um manifesto em defesa da causa ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quarta-feira	14/05	O País	Na Uerj, mais vagas que interessados	Gráfico mostrando que existem mais vagas para negros do que inscritos no vestibular desse ano

Quarta-feira	14/05	O País	Ipea: trabalhador negro ganha 53% menos que o branco	Cotas não teriam compromisso com a questão racial e manteriam longa a jornada rumo ao fim das disparidades
Quinta-feira	15/05	Opinião	Cotas Raciais	Coluna intitulada “Nossa opinião” é contrária à política de cotas e cita o ProUni; Coluna intitulada “Outra opinião” defende as cotas pelo tempo em que se mostrarem necessárias
Quinta-feira	15/05	Cartas dos Leitores	Cotas Raciais	Cartas de leitores apresentando críticas às políticas de cotas raciais para as universidades
Sexta-feira	16/05	O País	Edson Santos defende cotas no STF	Ministro entregou ao presidente do STF documento favorável ao ProUni as cotas raciais no Brasil
Terça-feira	20/05	O País	PDE (Institucional)	PDE completa um ano; Menção aos programas ProUni e Reuni
Terça-feira	20/05	Opinião	A história que contamos às crianças	Crítica ao Projeto de Lei que institui cotas raciais nas universidades (Fed)
Quarta-feira	21/05	Opinião	Manifestos	Cita os manifestos entregues ao STF, sem se posicionar
Domingo	25/05	Economia	Ora, direis!	Crítica ao debate sobre as cotas que tem sido trazido para os órgãos de comunicação; Posições contrárias não se baseiam em estudos sobre os resultados dessa política
Terça-feira	27/05	Opinião	Cotas	Considera a política de cotas ineficiente

				para abrir portas para o ensino superior, citando a estatística que diz ter mais vagas para negros do que inscrições de candidatos; Atribui o problema ao ensino público fundamental e médio
Quinta-feira	29/05	O País	Ministro defende cotas em instituições federais	Em encontro com os líderes partidários na Câmara, o ministro da Educação defendeu o projeto que cria sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior; Cotas raciais foram polêmicas

Matérias do Jornal *O Globo* – Junho de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Domingo	08/06	O País	Esforço	Ministro dificilmente deixará o STF antes do julgamento da ação de inconstitucionalidade da atribuição das bolsas do ProUni a estudantes de escolas públicas e da reserva de vagas para negros
Terça-feira	10/06	Opinião	Obama vai dar samba	Defesa das cotas raciais nas universidades e em outras esferas sociais
Terça-feira	10/06	Opinião	Caetano e Obama	Considera a política de cotas raciais um retrocesso, com potencial para acirrar o racismo no Brasil
Quarta-feira	11/06	Rio	Atabaque das cotas	Grupo que levará projeto de

				aperfeiçoamento da lei de cotas do estado para uma missa, visando abençoar a nova fase da Uerj
Terça-feira	17/06	O País	Brasil sedia encontro para avaliar políticas de combate ao racismo	Brasil foi escolhido por ser um dos países mais avançados na adoção de políticas de combate ao racismo; cotas como referência
Quinta-feira	19/06	Rio	Governo Federal (institucional)	Cita os números da expansão do ensino superior no estado, pautada nos programas Reuni e ProUni
Terça-feira	24/06	Opinião	Tribunais “raciais”	Condena a política de cotas, UnB e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul adotaram tribunais “raciais” para julgar candidatos aptos a ocupar as vagas raciais
Quinta-feira	26/06	Opinião	O povo desorganizado	Cita que o último documento significativo assinado por Ruth Cardoso foi o “manifesto dos 113”, contra as cotas raciais; cotas não respeitam princípio da igualdade

Total de matérias, divididas por temas, publicadas no jornal *O Globo* – Março à Junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas raciais	PVC*	Total (Mensal)**
Março	5	1	0	0	5
Abril	0	3	2	0	4
Maió	1	4	15	1	18
Junho	1	2	8	0	8

Total (Temas)	7	10	25	1	35
------------------	---	----	----	---	----

*Pré-Vestibulares Comunitários.

**Algumas matérias abordaram mais de um tema. O total (Mensal) diz respeito ao número de notícias publicadas.

A diferença quantitativa no que diz respeito à temática das notícias, com aproximadamente 70% delas abordando o tema das cotas raciais, nos aponta para uma importância bem mais significativa atribuída a esse tema pelos editoriais do *Globo*. Esse número torna-se ainda mais expressivo se levarmos em conta que metade das notícias referentes ao ProUni se cruzam com a temática das cotas. Elas tratam exatamente sobre a votação no Supremo Tribunal de Justiça, que delibera sobre a sua constitucionalidade por reservar bolsas de estudo para alunos de escolas públicas e/ou auto-declarados negros.

No mês de Maio, o jornal também cobriu episódios envolvendo o STF, nos quais dois grupos divergentes entregaram manifestos favoráveis e contrários à política de cotas para negros nas universidades. Isto nos leva a pensar em algumas questões importantes: Que sentidos são produzidos sobre o campo das políticas públicas para educação superior em âmbito nacional quando, durante um período de pouco mais de três meses, praticamente se monopoliza o debate em torno de uma só questão, referente às cotas raciais? Por que razões, dentre os vários aspectos referentes a cada uma dessas políticas, esse jornal decide centrar suas pautas sobre o tema das cotas raciais? Que tipo de “atuação” se pretende quando se constrói esse discurso e quais as intervenções que eles podem engendrar nas práticas cotidianas?

Política de Cotas: A mensagem por trás dos editoriais

Podemos começar a responder essas perguntas levando em consideração que a única reportagem a ocupar uma chamada na capa do Jornal *O Globo*, durante todo o período estudado, foi justamente a que aludia ao manifesto entregue pelo grupo contrário à política de cotas, sendo publicada no dia 1º de Maio da seguinte maneira:

01/05 - “Manifesto dos 113 condena cotas raciais”

“Um manifesto contra as cotas raciais em vestibulares, assinado por 113 intelectuais e artistas, foi entregue ontem ao presidente do STF, Gilmar Mendes.”

Vale lembrar que no dia 14 de Maio, o presidente do STF recebeu outro manifesto de um grupo favorável a essa política, noticiado no jornal sem receber a mesma importância para ocupar uma menção na primeira página. Voltaremos às notícias referentes aos manifestos logo adiante. Neste momento, a coluna “Panorama Econômico” do dia 25 de maio, com o título “Ora direis!” de autoria de Miriam Leitão, pode nos ajudar a refletir sobre essas questões que perpassam o próprio jornal que ela assina:

25/05 – “O manifesto contra as cotas tem alguns intelectuais respeitáveis. Mais os respeitaria se estivessem pedindo avaliações e estudos sobre o desempenho de política tão recente; primeira e única tentativa em 120 anos de fazer algo mais vigoroso que deixar tudo como está para ver com é que fica. O status quo nos trouxe até aqui: a uma sociedade de desigualdades raciais tão vergonhosas de ruborizar qualquer um que não tenha se deixado anestesiar pela cena e pelas estatísticas brasileiras.

Ora, direis: O que tem o glorioso abolicionismo com uma política tópica – para tantos equivocada – de se reservar vagas a pretos e pardos nas universidades públicas?

Ora a cota não é a questão. Ela é apenas o momento revelador, em que reaparece com força o maior dos erros nacionais: negar o problema para fugir dele.

Os negacionistas – expressão da professora Maria Luisa Tucci Carneiro, da USP – sustentam que o país não é racista, mas que se tornará caso alguns estudantes pretos e pardos tenham desobstruído seu ingresso na universidade.

Erros surgiram na aplicação das cotas. Os gêmeos de Brasília, por exemplo. Episódios isolados foram tratados como o todo. Tiveram mais destaque do que a análise dos resultados da política. Os cotistas subverteram mesmo o princípio do mérito acadêmico? Reduziram a qualidade do ensino universitário? Produziram o ódio racial? Não vi até agora nenhum estudo robusto que comprovasse a tese manifesta de que uma única política pública, uma breve experiência, pudesse produzir tão devastadoras consequências. Os órgãos de comunicação têm feito uma enviesada cobertura do debate. Melhor faria o jornalismo se deixasse fluir a discussão, sem tanta ansiedade para, em cada reportagem, firmar a posição que já está explícita nos editoriais. A mensagem implícita em certas coberturas só engana os que não tem olhos treinados.”

A diferença na maneira de cobrir a entrega dos dois manifestos, bem como a forma de dispor as matérias na página, mostra uma clara inclinação em direção a produção de sentidos contrários a política de cotas para o público leitor. É essa mensagem implícita que se oferece aos “olhos destreinados”, quando o único manifesto que tem seus trechos originais publicados é o que se posiciona contrário as cotas. Junto a isso, somente na cobertura do manifesto contrário é que a matéria diz que “o texto servirá de subsídio aos ministros na elaboração dos votos que serão dados no julgamento de duas ações que tramitam no tribunal sobre o assunto.” (*O Globo* – 01/05/08).

Mesmo ao relatar o episódio referente à entrega do manifesto favorável as cotas, a relação que se constrói entre o seu texto e as notícias periféricas produzem sentidos contrários a essa medida. A página 13 da edição de 14 de Maio é um exemplo interessante, que se organiza da seguinte maneira:

Sessão “O País”

“Supremo recebe manifesto a favor das cotas”

“Na Uerj, mais vagas que interessados”

“Trabalhador negro ganha 53% menos que o branco”

Ao lado da matéria sobre o manifesto favorável, aparece outra reportagem dizendo que na UERJ, uma das universidades pioneiras nas políticas de cotas raciais no Brasil, o número de vagas na categoria reservada para negros é maior do que o número de inscritos. A reportagem relata que um estudo amplo para avaliar as conseqüências dessa política na UERJ está em desenvolvimento, porém o único dado que se apresenta é um gráfico, que ocupa boa parte do espaço destinado à notícia, mostrando que a procura pelas vagas raciais na UERJ tem diminuído ao longo dos anos. O conceito de multimodalidade – trabalhado por Mary Jane Spink (2006) no artigo “O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística”¹⁰ – mostra-se interessante para pensar os sentidos produzidos nesta notícia. A articulação da chamada com a disposição gráfica da tabela pode ser entendida como uma prática discursiva importante para o sentido que se têm no cruzamento das notícias.

¹⁰ In: SPINK, P. K. (Org.) ; SPINK, M J (Org.) . Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Editora Cortez, 2006. 213 p.

No fim da página, aparece uma terceira matéria, baseada em uma pesquisa do Ipea sobre as desigualdades entre negros e brancos no país. Sua relevância se apresenta quando ela diz textualmente que “as políticas públicas em andamento (programas de transferência de renda e ações específicas, como as cotas) não tem compromisso com a questão racial e mantém longa jornada rumo ao fim das disparidades”.

A linha de leitura que perpassa cada um desses recursos semióticos, sejam eles textos ou imagens, produz um sentido mais amplo certo. Extraímos do diálogo entre as matérias que a política de cotas é equivocada, pois além de não existir demanda social para esse tipo de medida, ela não é funcional para combater desigualdades. Assim, apoiado em uma rede de atores ou actantes díspares – humanos e não-humanos – o jornal *O Globo* “faz existir” na materialidade de suas páginas uma determinada política de cotas, frente a qual se torna difícil a tomada de uma posição favorável.

Temas das matérias divididas por sessão, jornal *O Globo* – Março à Junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas Raciais	PVC	Total
Capa	0	0	1	0	1
O País	3	8	12	0	23
Cartas dos Leitores	0	0	2	0	2
Opinião	0	1	8	0	9
Rio	4	1	1	1	7
Economia	0	0	1	0	1

Um último caminho de análise nos mostra que o tema das cotas raciais foi o único tratado por todas as sessões do primeiro caderno do *Globo*, incluindo a sessão de Economia, mostrando que o debate referente a esse tema possui grande amplitude no cenário social, rompendo com as categorias temáticas usuais. Fazendo uso dos conceitos de Bruno Latour, poderíamos entender que as cotas raciais envolvem uma rede de atores heterogêneos, alguns deles com seus discursos representados nos jornais. As múltiplas vozes ajudam a compor esse “quase-objeto” que é a política de cotas. Objeto mestiço, que coloca uma série de atores em rede – jornalistas, intelectuais, ativistas do movimento negro, políticos, professores universitários, alunos e o próprio jornal em sua materialidade: gráficos, fotografias, a distribuição e a composição das notícias – todos eles versando sobre um mesmo assunto.

Dentre os oito artigos escritos no caderno de opinião referentes às cotas raciais, seis deles defendiam posições contrárias, se baseando sempre nos argumentos da violação do princípio da isonomia e da meritocracia, apontando para o perigo de se dividir “artificialmente” a sociedade brasileira entre negros e brancos, incitando o ódio racial.

Ali Kamel, autor do livro “Não somos racistas” (2006) e diretor-executivo do jornal *O Globo*, assinou três das colunas de opinião contrárias as cotas no período trabalhado, ocupando um papel importante na “produção de realidades”, deflagrada por Miriam Leitão¹¹ em sua coluna. Este fato demonstra o caráter plural expresso nas folhas do jornal, que embora organize o espaço das notícias priorizando as narrativas contrárias a política de cotas, comporta também vozes de jornalistas ou articulistas que apresentam críticas a sua própria posição. A questão que fica em aberto é a da capacidade do leitor elaborar uma leitura crítica que lhe permita uma compreensão do lugar ocupado pelos discursos jornalísticos na intenção de “fazer existir” uma dada realidade e, com isto, consolidar ações políticas em uma dada direção. Neste ponto é que buscamos objetivar o caráter político e ético dessa pesquisa e o papel do pesquisador como aquele que interfere, “faz existir” outras possíveis realidades a partir do seu texto ou de outras intervenções no contato com seu campo.

Reuni e ProUni: A educação superior entre o público e o privado

As matérias referentes a esses dois programas propriamente, na maioria das vezes, apresentaram um caráter mais informativo, com um enfoque mais quantitativo referente a metas, prazos e orçamentos. As considerações referentes ao ProUni se limitaram ao debate em torno das cotas, anteriormente citado, que o programa prevê. Já o Reuni foi alvo de algumas poucas críticas por parte de atores institucionais das próprias universidades que aderiram ao programa, as quais podem ser exemplificadas na seguinte notícia referente à UFRJ:

15/03 – “Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à associação de Docentes da UFRJ”

¹¹ Colunista da sessão “Economia” do Jornal *O Globo*.

“A ampliação do acesso à universidade é necessária, mas a forma como será feita no Reuni pode tornar o ensino mais precário.

Cristina afirma que dois módulos do programa que foram aceitos pelas universidades, mas ainda não aprovados pela UFRJ, diminuem o tempo de permanência dos alunos nas instituições. Pelo programa, está sendo criado o bacharelado interdisciplinar. Todos os estudantes fazem ciclo básico, mas apenas os que estiverem mais aptos podem se especializar.

- Isso não é ampliar o acesso. É jogar o funil do vestibular mais pra frente – disse.”

Esse olhar sobre o programa postula a existência de uma ameaça para a qualidade do ensino superior público, que daria uma formação superficial à grande maioria de jovens, através dos bacharelados interdisciplinares, e estimularia a competição entre os alunos do próprio curso, visto que somente os melhores poderiam se especializar.

Em meio a uma série de números e metas que dão proporções macro-sociais ao Reuni, um discurso marginal se produz sobre o programa. Atores do corpo docente e discente alertam para os riscos de se encarar a universidade pública como uma empresa privada que precisa ser mais produtiva, aumentando o acesso ao custo da redução da qualidade e da permanência. Apontam para uma crítica a lógica neoliberal, que formaria jovens desqualificados para o mercado.

Outra questão referente aos impasses entre as fronteiras do público e do privado no campo da educação pode ser levantada na parte final da seguinte notícia:

14/03 – “Universidade terão 358 mil novas vagas até 2012”

“Haddad lembrou que apenas 12% da população brasileira de 18 a 24 anos estão na faculdade, a maioria em instituições particulares:

- Isso só se resolve com a expansão da universidade pública. Enquanto houver espaço para o setor privado avançar, ele vai avançar, porque existe garantia constitucional para que exerça uma função que o estado não está exercendo. São ações como o Reuni que mudam a feição do sistema.”

Percebemos aqui, que o tratamento dado ao panorama do ensino superior brasileiro apresenta de maneira naturalizada a expansão da iniciativa privada no cerne de um campo de atuação social historicamente tido como atribuição do estado. O direito

constitucional de garantir uma educação pública e de qualidade perde vigor frente a outro que garante ao setor privado ocupar as lacunas da atuação do estado, que cada vez tomam maiores proporções dentro da cultura do estado mínimo.

Desdobramentos

Retomando o conceito “Enacting” para entender as atuações do jornal no campo social, relacionando-o a análise apresentada sobre as notícias, percebemos que o jornal *O Globo* atuou, articulado a uma série de outros atores, no sentido de fazer existir uma dada realidade contrária a política de cotas. Se concebermos o discurso jornalístico como uma “materialidade”, ou um “não-humano”, capaz de mediar relações entre seres humanos, fica evidente que as matérias publicadas adotaram uma direção na produção de subjetividades contrárias a política em questão.

Porém, vale lembrar que o jornal é também um objeto de consumo voltado para um segmento social específico e, portanto, suas pautas também se orientam pelos possíveis interesses do seu público alvo. Isso ajuda a desconstruir a idéia de um jornalismo imparcial, que apenas descreve os fatos, recebendo o mesmo olhar crítico que aponta a ineficácia do antigo paradigma das ciências sociais para olhar o contemporâneo. Entretanto, é evidente que jornais são responsáveis pelas coisas que publicam, pois seus discursos atuam no mundo produzindo “verdades” e fortalecendo certas produções de subjetividades. No entanto, eles não produzem esses discursos no “vazio”. Encontram seus argumentos e posicionamentos inclusive no nicho social para o qual estão voltados, apresentando aquilo que seu público-alvo espera ler, ou que ao menos esteja familiarizado. Ou seja, o jornal é uma espécie de simulacro de determinadas práticas sociais correntes, produto e produção do seu próprio meio.

Levando isso em consideração, percebemos que o número bem mais elevado de notícias referente às políticas de cotas raciais marcou a relevância que este tema ocupa no imaginário brasileiro¹². Apesar da coluna “Panorama Econômico”, do dia 25 de Maio, ter apontado a existência de uma orientação contrária, isso não significa dizer que não houve espaço para notícias manifestando expressões favoráveis a política de cotas. Pelo contrário, o que se evidenciou foi uma disputa política referente ao tema nas próprias páginas do jornal, onde os discursos pró-cotas claramente ocuparam lugares “marginais” frente o posicionamento central contrário a essa medida.

¹² Apesar do racismo não representar o objetivo maior de investigação dessa pesquisa, mas sim a relação entre juventude e política, não é possível desconsiderar a importância que o tema ocupa dentro dessa discussão, tendo em vista a repercussão das cotas raciais no discurso jornalístico.

Podemos pensar que *O Globo*, por ser uma produção discursiva que se dirige a uma classe social específica – classe esta que ocupa posições de poder estratégicas dentro da sociedade brasileira – esteve mais comprometido em apresentar argumentos para subsidiar uma tomada de posição negativa frente às cotas. Os argumentos em sua maioria contrários a política, refletem a resistência a um projeto que propõe transformações drásticas no cenário acadêmico, ameaçando o lugar historicamente privilegiado que ocupam dentro das universidades. Isto se intensifica com a possibilidade de que metade das vagas nas universidades federais seja ocupada por estes outros atores, fortalecendo o contato com a alteridade, caso o Projeto de Lei 73/99 seja aprovado na Câmara dos Deputados.

Apesar dessa clara inclinação, outros olhares sobre a política de cotas estiveram presentes de forma lateral, da mesma forma que os discursos críticos ao Reuni margearam a idéia central de um programa bem sucedido. Isso faz com que, apesar de adotar um determinado viés, *O Globo* ocupe um papel onde a sua leitura comporta “linhas de fuga” para outras reflexões sobre as temáticas.

Porém, é interessante notar que na rede de atores que tratam destas políticas no jornal, não há espaço para a voz dos alunos bolsista/cotistas, nem da “população-alvo” destas medidas. Essa ausência representa uma lacuna discursiva importante para a composição do “quase-objeto” cota racial, desconsiderando um relato fundamental para a compreensão e negociação social das mesmas. Não é possível entender esse silêncio como uma casualidade, ficando ainda mais evidente o compromisso da direção adotada pelo jornal. Percebido isso, ficou a seguinte questão para a continuação da pesquisa: o que tem a dizer esses atores que, segundo o jornal, não possuem lugar de fala nesta rede?

É desse questionamento que parte uma investigação no próprio curso onde atuo, através da realização de oficinas de leitura com duas turmas. Essas atividades tiveram por base parte das notícias analisadas, circunscrevendo a política de cotas como um representante da discussão mais ampla sobre as políticas públicas destinadas ao ensino superior. Junto a essa etapa da investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o surgimento do movimento de pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro, permitindo um contato com a heterogeneidade desse campo, oferecendo subsídios na tentativa de um olhar crítico sobre nossas práticas.

CAPÍTULO II

As atividades realizadas tiveram as notícias como disparadoras da discussão, permitindo um acesso ao que esse grupo de jovens – ao qual às próprias medidas estão direcionadas – tem a dizer sobre um assunto que vem ocupando lugar de destaque na agenda política de nosso país. Apesar da atuação do jornal, que não oferece representação significativa a essa parcela de atores, é evidente a relevância dos mesmos neste processo e cabe questionar de que maneira estão eles inseridos nessa rede mais ampla, ou seja, de que maneira esse alunos contribuem para as negociações ao redor das políticas públicas direcionadas ao acesso ao ensino superior.

As oficinas realizadas foram gravadas em vídeo e o uso que atribuímos à câmera propõe um entendimento para além do registro das falas. A compreensão deste aparato técnico pela perspectiva da rede de atores permite problematizar a sua presença na oficina. A câmera deixa de ser um instrumento que captura a realidade para ser percebida como um ator significativo; como um objeto sócio-técnico que interage em uma determinada rede, estabelecendo condições de possibilidade para o próprio surgimento das falas.

Antes de iniciarmos uma discussão sobre as contribuições das oficinas, que inclusive nos trouxeram questionamentos para repensar as relações entre a abordagem metodológica e o referencial teórico, cabe contextualizar parte da história dos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro.

Pré-vestibulares comunitários ou populares: um breve histórico

Nascimento (2002) apresenta um panorama do surgimento desse movimento, que, apesar de algumas experiências pontuais anteriores, emergiu com maior força na década de 90 como um importante vetor de tensionamento do sistema educacional brasileiro. O autor considera o surgimento destes pré-vestibulares como um movimento mais amplo de resistência de setores marginalizados da sociedade pela garantia de seus direitos constitucionais e pela democratização das relações sociais no Brasil. Além disso, em um período em que o modelo neoliberal ganhou terreno no país, enfraquecendo a dimensão provedora do estado, parte da sociedade civil economicamente favorecida também se organizou em projetos pautados pela participação e pela solidariedade, em um processo que Santos (2005) define como “um voluntarismo acrítico em relação à ordem social e aos processos de reprodução de injustiças e desigualdades” (Santos, 2005, p.189). O acesso a educação formal seria um dos pilares dessa mobilização e o surgimento dos

pré-vestibulares populares representaria parte de uma luta já antiga pela diminuição das desigualdades sociais:

“Ao longo da nossa história, sobretudo a partir do século XX, vários movimentos sociais se organizaram para lutar pelo direito à escolarização. Esse é o caso dos cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes oriundos de classes populares e grupos sociais marginalizados para os vestibulares.” (Nascimento, 2002, p.1)

Apesar de surgirem no bojo de movimentos sociais bastante diversificados, implicados com a denúncia e a intervenção em uma série de dimensões excludentes da sociedade brasileira, Santos (2005) localiza um elemento fundamental na constituição de boa parte dos cursos, que entende a questão da desigualdade social fortemente ligada a uma desigualdade racial.

“*Aparentemente* concebidos/percebidos como uma crítica à elitização da universidade, eles foram difundidos por todo o país pela atuação de entidades e militantes do movimento Negro, que naquela década trouxeram à tona o debate sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira, tendo então a Educação como esfera central de expressão e reprodução.” (Santos, 2005, p.188)

É interessante notar como o surgimento dos pré-vestibulares comunitários se relaciona diretamente com uma atuação do Movimento Negro, que inclusive representa um dos atores mais significativos na criação e manutenção das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, tema de maior repercussão encontrado no trabalho com os jornais. Entretanto, o autor comenta que este não é o único vetor que embasou a criação destes cursos, sendo eles fruto de movimentos sociais marcados por uma pluralidade de perspectivas e configurações. Talvez seja possível afirmar que o que faz deles um movimento unificado é o fato de sua existência representar um sintoma da decadência e da falta de investimentos na esfera pública da educação básica. Esse panorama fez com que a sociedade civil desenvolvesse *táticas* criativas para enfrentar essas adversidades – novamente no sentido atribuído por Certaeu – dando uma amplitude à ação política para além dos mecanismos formais que tem no Estado sua figura central. Entretanto, isso não significa entender o surgimento destes cursos pela ótica das políticas públicas, o que seria um contra-senso em relação ao papel do Estado,

mas sim como um movimento micropolítico que ao mesmo tempo em que ocupa uma lacuna deixada pela administração pública, impulsiona uma atuação política sobre os órgãos de gerência para que se ocupem de suas funções no campo da educação.

Outro elemento comum a maioria dos cursos pré-vestibulares populares diz respeito a uma preocupação com a formação dos alunos que ultrapassa a preparação para o vestibular. Nascimento (2002) faz referência a uma dimensão transformadora destes cursos, que enfatiza a construção de um pensamento crítico e a formação política atrelada à preparação para os exames. Isso significa uma atuação que não se restringe a facilitar a entrada de indivíduos das camadas populares no ensino superior por meio de uma capacitação técnica, o que representaria modificações na vida particular de cada um deles, mas não propriamente uma transformação social. O que se coloca com essa direção mais ampla é a dimensão do empoderamento¹³ na formação dos alunos, que fortalece o surgimento de novos agentes para somar esforços em lutas coletivas, colocando em questão o modelo de sociedade em que vivemos. Como exemplo mais evidente disto, verifica-se que muitos ex-alunos de pré-vestibulares comunitários – após o ingresso no ensino superior – retornam aos cursos para atuar como voluntários ou organizam novas iniciativas em suas comunidades de origem. O trabalho com os alunos dentro desta perspectiva visa desenvolver instrumentos para discutir os processos de exclusão e exploração aos quais estão submetidos, politizando as práticas pedagógicas:

“Trata-se de preocupações políticas, que se explicitam nos discursos dos seus participantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que vão desde atividades desenvolvidas em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais, etc.), passando por seminários, fóruns de discussões, assembléias, negociação de isenções e bolsas com universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior e democratizar a educação e o acesso ao conhecimento.” (Nascimento, 2002, p.1)

Essas duas dimensões que atravessam os processos pedagógicos dos cursos – treinamento para o vestibular e formação política – muitas vezes geram fortes contradições, com repercussões no fazer cotidiano das instituições. O próprio vestibular,

¹³ Empoderamento é um neologismo da palavra inglesa “empowerment”. Segundo Candau (2005), esse conceito representa processos de fortalecimento que colocam grupos e indivíduos em contato com sua própria potencialidade de ação sobre o mundo.

enquanto mecanismo de acesso meritocrático ao ensino superior, fortalece os processos de exclusão e faz parte dos mecanismos de segregação social combatidos pelo movimento que possibilitou o surgimento dos pré-vestibulares comunitários. Este exame, principalmente o que é direcionado ao ingresso nas universidades públicas, é um ponto de tensionamento social significativo. Seu funcionamento seleciona aqueles que terão acesso aos conhecimentos valorizados na sociedade contemporânea, bem como o acesso aos instrumentos de produção de saber/poder, aumentando sua capacidade de intervenção no campo social. Desta forma, jovens de condições sócio-econômicas e percursos educacionais muito desiguais são submetidos a uma disputa por vagas na universidade, por meio de um exame que avalia o acúmulo de conhecimentos. Assim, o vestibular acaba servindo como barreira ao acesso dos estudantes pobres ao ensino superior e fortalece os mecanismos de exclusão, reproduzindo o caráter desigual da sociedade brasileira.

A direção de aprovar jovens oriundos de classes populares no vestibular, muitas vezes afasta o trabalho de alguns cursos de uma perspectiva pedagógica emancipatória, pelas próprias características do exame. A defasagem de conteúdos que os jovens de classes populares – oriundos de escolas públicas – apresentam em relação aos jovens das classes mais favorecidas impulsiona a prática pedagógica na direção de um treinamento mais intenso para o vestibular, atribuindo um lugar secundário, e às vezes até prejudicial, a dimensão política deste processo.

Santos (2005) considera que a difusão dos pré-vestibulares populares nas duas últimas décadas, acarretou em iniciativas que não partilham dos mesmos pressupostos de atuação, inclusive agregando indivíduos com diferentes “visões de mundo” em um mesmo projeto. Segundo o autor, isso reúne os voluntários em torno de “pactos ideológicos frouxos”, o que apesar de permitir a expansão do movimento, muitas vezes retira o caráter político desta atuação, aderindo ao modelo estabelecido sem realizar qualquer crítica ao mesmo.

Em uma maneira um pouco simplificada, podemos dizer que existem pré-vestibulares comunitários mais comprometidos com o ingresso de seus alunos na universidade, mesmo que alguns atravessamentos críticos ao modelo de exame e a sociedade contemporânea estejam presentes. São chamados pré-vestibulares independentes e uma parte considerável deles tem origem em uma perspectiva filantrópica, organizado por iniciativas de indivíduos das classes favorecidas economicamente. Por outro lado, existem outros que funcionam em rede, compostos por

vários núcleos que carregam elementos em comum como norte de atuação. Em geral, estes cursos são oriundos de movimentos sociais no interior das classes populares e têm objetivos que superam a ação mais concreta de capacitar academicamente os jovens das classes populares para a aprovação nos exames do vestibular. Obviamente que essa separação se apresenta de uma maneira um pouco esquemática, não representando de modo fiel a composição destes cursos, que se configuram num terreno bastante diversificado e plural (Barcellos, 2007).

PVNC, CEASM e Invest

A pesquisa bibliográfica sobre os cursos pré-vestibulares comunitários apontou o PVNC e o CEASM como importantes iniciativas no Rio de Janeiro, cada uma delas com formas singulares de organização. Esse levantamento possibilitou uma aproximação com a história desse movimento social, englobando a diversidade e as contradições presentes no campo dos PVCs¹⁴. Deste estudo foram extraídos elementos para amparar a intervenção com as oficinas no Invest, permitindo um momento de reflexão sobre nossas práticas.

O PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes – surgiu na Baixada Fluminense no ano de 1993, criado por professores do ensino médio e militantes do movimento negro, “cuja atuação transitava entre e articulava a discussão racial nos campos religioso, partidário e da educação.” (Santos, 2005, p.188). Segundo Nascimento (2002), a igreja católica influenciou diretamente a criação deste curso, mobilizada pelas discussões sobre a educação e negritude realizadas em 1989 e 1992 na Pastoral do Negro de São Paulo. Desde sua fundação, o PVNC tem como tema central o debate sobre a questão da discriminação racial no Brasil, problematizando com seus alunos a herança de um passado escravocrata relativamente recente, com os atuais mecanismos de exclusão social e produção da pobreza. Sua atuação política foi impulsionada pela precariedade do ensino médio na baixada fluminense e a consequente baixa quantidade de estudantes das classes populares – negros em particular – nas universidades, fazendo parte do processo que culminou na criação das cotas raciais em universidades públicas como política de ação afirmativa.

Após seu segundo ano de fundação, novos atores (ex-alunos, militantes do movimento negro, educadores e outros) se aproximaram desta iniciativa, organizando

¹⁴ Sigla utilizada pelos autores para se referir aos pré-vestibulares comunitários.

novos núcleos e transformando o PVNC num movimento de cursos pré-vestibulares comunitários organizados em rede, que influenciou também a criação dos chamados cursos independentes. Segundo dados encontrados no site do movimento¹⁵, atualmente o PVNC conta com 21 núcleos em diferentes municípios do Rio, funcionando em espaços cedidos por igrejas, associação de moradores e escolas públicas. Eles estão articulados por um Conselho Geral e representam uma das experiências mais expressivas no campo dos PVCs. Nascimento (2002) coloca que o PVNC:

“Foi o primeiro a organizar-se como uma rede, a buscar parcerias, a negociar isenções de taxas de inscrição e bolsas de estudos com universidades públicas e privadas, a mover ações judiciais contra universidades para garantir o direito de fazer a prova do vestibular para os estudantes mais pobres, a utilizar a mídia para divulgar amplamente o seu projeto, a divulgar sua experiência em eventos políticos e acadêmicos, a aparecer em documentos governamentais. Foi a partir do PVNC que surgiu a maioria dos cursos pré-vestibulares populares hoje existentes.” (Nascimento, 2002, p.5)

Santos (2005) relata que o crescimento experimentado pelo PVNC enquanto movimento social, fez com que indivíduos com diferentes interesses e perspectivas políticas ingressassem no projeto, realizando um processo que ele denomina de *recomposição de identidades coletivas*. O autor evoca uma tríade de elementos – autogestão dos núcleos, ausência de compromissos financeiros significativos e o voluntarismo – que juntos contribuem para um afrouxamento das discussões e do posicionamento que originou o PVNC em alguns dos núcleos. Apesar de isso significar que em alguns casos a dimensão crítica da atuação do PVNC se enfraquece, Santos reconhece uma possibilidade interessante nessa negociação interna dos núcleos, e dos núcleos com a direção do movimento, no sentido de promover um espaço de mediação e formação política entre os personagens envolvidos nessas instituições.

Um dos dispositivos do PVNC que nos interessa particularmente, por representar um espaço onde às discussões políticas se fazem com maior frequência, é a disciplina Cultura e Cidadania. Além das disciplinas tradicionais exigidas nos exames do vestibular (Matemática, Português, Biologia, História e outras), o PVNC apresenta em sua grade curricular uma disciplina para que questões sociais sejam discutidas, possibilitando um espaço de pensamento crítico e formação cidadã:

¹⁵ <http://www.pvnc.org/>

“*Cultura e Cidadania* não é uma disciplina curricular no sentido tradicional. Criação do PVNC em 1994 para potencializar as ações políticas e culturais dos integrantes do movimento, *Cultura e Cidadania* é um momento de reflexão e debate sobre raça, racismo, discriminação, desigualdades, sociedade, cultura, política, economia, educação, movimentos sociais e questões da atualidade. Por isso, *Cultura e Cidadania* não deve ser matéria de um único educador; ao contrário, é um espaço que deve ser aberto para educadores do movimento e convidados.”¹⁶

É relevante pensar os agenciamentos de subjetivação que este espaço permite por meio das negociações coletivas que ali se estabelecem. Entretanto, Santos (2005) aponta para o risco de esta disciplina concentrar o tensionamento proposto pelas discussões políticas, esvaziando esta dimensão das demais matérias. Segundo o autor, o grupo responsável pela fundação do PVNC almejava que todas as disciplinas do curso tivessem a crítica social como um atravessamento primordial. Assim, a construção de uma prática pedagógica popular seria possível na medida em que se pudessem estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e os saberes dos próprios alunos, que definem seu lugar no mundo e suas formas de enxergá-lo.

Ao realizar uma pesquisa de campo em dois núcleos do PVNC¹⁷, interessada nas práticas de uma instituição de ensino que se pauta por uma perspectiva multicultural, Candau (2005) observou que apesar das discussões sobre o racismo e de uma atuação no sentido do empoderamento dos alunos, os núcleos pouco trabalharam com a dimensão processual do conhecimento, adotando um modelo tradicional de ensino onde os alunos pouco participavam na construção dos saberes. A autora comenta que projetos com uma visão político-social progressista, por vezes acabam colocando em prática um modelo de pedagogia tradicional, onde o conhecimento é entendido como algo cristalizado que deve ser transmitido ao aluno dentro de uma perspectiva bancária¹⁸, ou

¹⁶ <http://pvnc.sites.uol.com.br/culturacidania.htm>

¹⁷ Núcleos de São João de Meriti e da Tijuca.

¹⁸ Esse termo faz referência ao conceito de *pedagogia bancária* de Paulo Freire, Representa uma crítica ao modelo pedagógico no qual o aluno se encontra em uma posição passiva, não participando da produção do conhecimento. Neste processo, o saber é compreendido como algo constituído, cristalizado, cabendo ao professor a função de transmiti-lo, como se fizesse um *depósito* sobre os alunos.

seja, por um processo em que o aluno se encontra em uma posição passiva, responsável apenas por reproduzir os enunciados do educador.

O fato do PVNC ser um dos primeiros cursos deste tipo no estado do Rio, bem como os seus atravessamentos ideológicos e o modelo de organização, nos fazem pensar que uma investigação futura neste pré-vestibular popular é indispensável para se pensar as atuações deste movimento no campo social.

O CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – por sua vez, tem como um dos elementos principais na construção de seu projeto o fortalecimento da identidade de morador da Maré, atribuindo uma importância primordial as noções de territorialidade e pertencimento. Fundado no ano de 1997 por moradores das comunidades da Maré que atingiram o ensino superior, o CEASM iniciou seu curso pré-vestibular em 1998. Segundo Jailson de Souza (2005), um dos fundadores do curso, além de atuarem no sentido de possibilitar o acesso ao ensino superior aos jovens da própria comunidade, o projeto surgiu com a intenção de articular meios para evitar o desenraizamento dos moradores que atingem o nível superior com suas comunidades de origem. O trabalho caminha no sentido de desconstruir o estigma de espaço favelado, estimulando a criação de vínculos com o território que garanta uma identidade de morador da Maré e fortaleça ações políticas no convívio coletivo.

Jailson apresenta o conceito de redes sociopedagógicas para entender a atuação do CEASM, que funciona como um ponto de referência para que os moradores tenham acesso aos bens culturais e a experiências de convívio com a alteridade, até então pouco acessíveis a maioria. Segundo o autor, a vida em uma metrópole como o Rio de Janeiro no contexto contemporâneo, em especial para os setores populares da sociedade, manifesta um estreitamento de uma vivência cidadã pela presentificação e particularização da existência.

A presentificação restringe o sujeito a uma vivência atrelada a um eterno presente, que dificulta a articulação de ações a projetos com desmembramentos em um tempo posterior. Isso, muitas vezes, afasta iniciativas que demandam um investimento educacional de longo prazo, como por exemplo, ingressar em uma universidade. Diretamente relacionada a esse processo de empobrecimento da experiência coletiva e da qualidade de vida, localiza-se a particularização espacial. Esta restringe o campo do sujeito a um território relativamente estreito, com pouca diversidade cultural e quase nenhuma flexibilização das regras de convivência, o que faz com que a inserção na cidade seja insuficiente para o exercício de uma cidadania plena.

Concomitante a esses dois processos, reduz-se o convívio com a alteridade que acaba por fortalecer estereótipos e preconceitos, que por sua vez impulsiona um esvaziamento da circulação e atuação nos espaços públicos. Esse processo contribui para a manutenção das desigualdades, deixando aos jovens oriundos das classes populares poucas “ferramentas” para se mover no campo social.

É na direção contrária que a atuação do CEASM pretende incidir, possibilitando a ampliação do espaço e do tempo através da criação de redes sociopedagógicas. É relevante interrogar os efeitos que essas ações presentes no curso possibilitam em seus alunos, através do acesso a novas linguagens e contextos, que permitem inclusive que novas formas de vida e de organização societária sejam vislumbradas.

O CEASM apresenta diferenças significativas em relação ao PVNC, apesar de ambos terem a intenção de compor uma iniciativa pedagógica popular. Além de ser autônomo, enfatiza a construção de uma identidade territorial, não atribuindo o mesmo lugar central que a questão racial tem para o PVNC. Outro elemento importante é que o CEASM recebe financiamentos públicos e privados para o seu funcionamento, o que possibilita recursos de outra ordem na realização do trabalho e na organização da equipe.

Essas duas iniciativas no campo dos pré-vestibulares comunitários nos trouxeram questões importantes para dar seguimento à pesquisa, que até o momento realizou duas oficinas no curso em que estou inserido com voluntário da equipe de Psicologia.

O Invest funciona nas dependências do colégio Santo Inácio desde 1998, apresentando um histórico bastante diferente dos outros dois cursos selecionados. Este pré-vestibular comunitário foi fundado por um grupo de jovens de classe média, ex-alunos do Santo Inácio, que resolveram dar continuidade as atividades em projetos sociais que vinham desenvolvendo no ensino médio, com a intenção de ajudar pessoas das classes populares a ingressar no ensino superior. De início já percebemos diferenças significativas na construção deste curso, sendo o único dentre os selecionados que se localiza em um bairro nobre da zona sul do município do Rio, dentro de um dos colégios mais reconhecidos da cidade, e construído por indivíduos que não fazem parte das camadas populares da sociedade brasileira. Obviamente que esses elementos não encerram as práticas que ai se desenvolvem, porém, são traços significativos que oferecem consequências para o cotidiano do curso.

O Invest iniciou suas atividades oferecendo aos alunos egressos do curso noturno do Santo Inácio¹⁹ uma possibilidade de continuarem estudando e se preparar para o vestibular. Neste período inicial, a maioria dos alunos era oriunda de comunidades próximas ao colégio, como a favela Santa Marta. Atualmente, o curso atende uma média de 120 alunos por ano, moradores de diferentes regiões da cidade e de condições sociais heterogêneas, divididos nas turmas A, B e C.

O curso mantém uma grade de disciplinas tradicional e tem por objetivo ser realizado em dois anos. No primeiro ano são enfatizados os conteúdos de português e matemática nas Turmas B e C, disciplinas em que boa parte dos alunos apresenta dificuldades por serem egressos de escolas públicas, onde o ensino é muitas vezes precário ou não toma os conteúdos do vestibular como referência. O curso se divide deste modo com a intenção de fortalecer esses saberes necessários para as demais disciplinas, fazendo com que no segundo ano, os alunos passem pra turma A, tendo contato com a totalidade de matérias que o vestibular exige.

Alguns de seus ex-alunos que ingressaram nas universidades estão hoje atuando como professores voluntários ou monitores de algumas disciplinas, outros se engajaram na fundação de pré-vestibulares comunitários em sua comunidade de origem, mas a maioria dos voluntários do Invest continua sendo de pessoas de classe média, muitos deles ex-alunos do Santo Inácio.

A organização do curso não confere muito espaço para a realização de atividades que não se enquadrem no modelo tradicional de aula, apesar de acontecerem atividades pontuais para discussões de temas do cotidiano ou programas culturais. É evidente a tensão que se opera no curso que, por um lado é atravessado pelo Paradigma Pedagógico Inaciano, comprometido com uma educação para a cidadania, e por outro impulsiona suas práticas no sentido de contornar a defasagem dos alunos em relação aos conteúdos exigidos no vestibular.

Venho atuando no Invest como voluntário desde 2008, o que tem possibilitado uma entrada no campo e um contato com as problemáticas inerentes as práticas dos PVCs. Uma experiência que tive no ano passado durante uma atividade organizada pela equipe de Psicologia me trouxe alguns questionamentos sobre o curso, tornando evidentes as contradições discursivas que dificultam uma mesma ação no sentido do treinamento para o vestibular e da construção de um espaço de reflexão crítica.

¹⁹ Curso de ensino médio de educação de jovens e adultos.

Feira das Profissões

A feira das profissões, iniciativa da equipe de voluntários de Psicologia, ocorre anualmente²⁰ e tem como proposta possibilitar um encontro pontual para o diálogo entre os pré-vestibulandos do curso e os profissionais/graduandos das áreas de maior interesse²¹. Assim, representa uma possibilidade dos alunos esclarecerem suas questões a respeito do que poderão encontrar na universidade ou no mercado de trabalho, sob a ótica dos que já estão inseridos nesses contextos. Deste modo, compõe mais um subsídio para efetuar essa importante escolha, na qual a decisão por um determinado curso superior, num certo sentido, implica abrir mão de todos os outros cursos oferecidos.

Além disso, a feira também serve como um espaço motivacional, através de depoimentos de ex-alunos aprovados, dinâmicas e outras atividades, com a intenção de estimular o investimento dos alunos nos estudos, sustentar a possibilidade real de alcançarem a aprovação e reduzir a evasão, um dos maiores problemas do curso, que, sistematicamente, termina cada ano letivo com um número bem menor de alunos do que o total de matriculados.

No ano passado, optou-se por não avisar os alunos sobre a realização da feira, que chegaram ao Invest acreditando ser apenas mais um dia de aula. Essa escolha se justificou pelas experiências anteriores com pouca participação dos alunos em atividades que não sejam as próprias aulas ou que não se vinculem diretamente à capacitação para o vestibular enquanto prova. Esta informação por si só, já demarca um atravessamento significativo na direção do que Santos (2005) denomina de *voluntarismo acrítico*, pois ocorre uma adequação aos postulados do paradigma do vestibular, que pouco possibilita uma dialetização no sentido de oferecer um olhar crítico.

A feira foi organizada em três tempos: apresentação teatral, falas de ex-alunos aprovados e as mesas divididas por profissões, porém, entre nós, denominávamos de “feira” propriamente essa última etapa.

Chegando ao curso, os alunos foram encaminhados ao “estudão”, uma ampla sala no interior do colégio, organizado de modo que as carteiras formavam um grande círculo, no qual estava deitado o ator, ex-aluno do curso, com a apresentação teatral

²⁰ A feira de 2008 ocorreu no dia 4 de junho.

²¹ Os profissionais e graduandos foram convidados de acordo com o interesse dos próprios alunos sobre os cursos superiores.

organizada para começar. A única iluminação da sala era feita por velas acesas ao redor de seu corpo, como se estivesse sendo velado, compondo os elementos de um pesadelo, ponto de partida para a apresentação. Construída com base nos textos de uma antiga dinâmica que os alunos fizeram sobre suas maiores dificuldades, relacionadas a temas que os reportavam ao curso, a peça contava a história sobre as relações de um jovem com o vestibular. Muito desacreditado após inúmeras tentativas e “morto” subjetivamente, o jovem tem um encontro com sua consciência, que o alimenta a tentar o vestibular mais uma vez.

Na sequência, os ex-alunos do curso falaram sobre suas trajetórias individuais, suas relações com o curso, seus desafios e percalços ao longo do trajeto que percorreram até a entrada na universidade. Tanto a apresentação teatral, quanto os depoimentos dos ex-alunos, tinham como tônica o discurso do vencedor, palavra usada diversas vezes durante a feira inclusive. A relação com o vestibular se apresentava sempre no plano individual, nas táticas de cada um para “driblar os desafios”, na otimização e aproveitamento do tempo para o estudo, na dedicação e nas restrições vivenciadas para alcançar os objetivos.

Acredito que a entrada de alguns jovens da classe popular na universidade represente verdadeiras vitórias, visto a quantidade de elementos que fazem força contrária a este processo. Entretanto, parecia estranho encarar uma questão conjuntural somente pelo prisma da individualidade, não problematizando o modelo de seleção e o colocando como responsabilidade exclusiva do indivíduo, seja no caso de uma possível aprovação ou no fracasso em relação ao mesmo. O que se apresentava naquele espaço compunha uma representação particular de um contexto mais amplo atravessado pelo paradigma da “Modernidade Líquida”, onde se evidencia “as crescentes dificuldades de traduzir os problemas privados em questões públicas” (BAUMAN, 2000, P. 64).

O excludente sistema de ingresso nas universidades não foi posto em pauta e apareceu somente como uma barreira a ser atravessada por cada um, dentro de suas possibilidades individuais. Deste modo, foi possível perceber parte dos discursos que atravessam o fazer no Invest, também encontrados nas notícias de jornal que tratam do vestibular na perspectiva meritocrática, opondo-se aos mecanismos de ingresso que subvertem esta lógica, tal como a política de cotas.

Esses questionamentos sobre a feira das profissões serviram para que pudéssemos discutir esse assunto dentro da equipe de Psicologia, na tentativa de elaborar atividades que oferecessem um contraponto nas relações estabelecidas com o vestibular,

problematizando o ingresso na universidade. A realização das oficinas de leitura, neste sentido, nos serviu tanto como uma abordagem para a pesquisa, quanto como uma atividade da equipe de Psicologia em que os mecanismos de acesso ao ensino superior puderam ser postos em questão com os alunos.

Oficinas

No mês de Março deste ano, realizamos oficinas com duas turmas do curso Invest (B e C). A primeira delas (C) contou com a participação de 29 alunos e a segunda com 25 (B). Ambas ocorreram em um auditório do Colégio Santo Inácio e os participantes se dispuseram em círculo. Foi explicado rapidamente que a atividade se dividiria em duas etapas, tendo por objetivo ouvir o que eles tinham a dizer a respeito do projeto de ingressar em uma universidade e da experiência de frequentar um pré-vestibular comunitário.

No primeiro momento foram feitas três perguntas abertas a todos para a introdução do tema, deixando a palavra circular entre os participantes:

- O acesso ao ensino superior no Brasil é um direito de todos?
- Que programas ou políticas públicas vocês conhecem a respeito desse tema?
- O que vocês têm lido ou escutado sobre o assunto atualmente?

Após uma discussão geral em relação ao posicionamento frente às perguntas, na qual algumas políticas foram citadas e comentadas (cotas raciais, cotas para estudantes oriundos da rede pública, ProUni), os alunos se dividiram em seis grupos, dando início ao trabalho com a leitura dos jornais. Foram distribuídas cópias de três notícias/páginas do jornal o globo, uma para cada grupo, o que possibilitou que dois grupos diferentes fizessem a leitura do mesmo material. As notícias foram escolhidas pela sua relevância na análise realizada no trabalho anterior e tratavam da política de cotas adotada em algumas universidades públicas e do projeto de lei que visa expandir essa medida para todas as universidades federais.

- 01/05/08 – Página 9 – “Grupo entrega ao STF manifesto contra as cotas” / “Os 113 anti-racistas contra as leis raciais”.

- 14/05/08 – Página 13 – “Supremo recebe manifesto a favor das cotas” / ”Na UERJ, mais vagas que interessados” / ”Ipea: trabalhador negro ganha 53% menos que o branco”.
- 25/05/08 - “Ora direis!” (Panorama Econômico – Coluna da Miriam Leitão)

As notícias foram lidas em conjunto nos grupos e discutidas entre eles, servindo como subsídio para dar seguimento ao debate. Foi lembrado que o importante era que se colocassem a respeito do tema e dos argumentos expostos nos textos jornalísticos, sem a necessidade de chegarem a um consenso.

Duas câmeras foram usadas durante as atividades, uma responsável por focar os alunos que estivessem tomando a palavra e a outra transitando pelo grupo de maneira mais aberta, na intenção de registrar o efeito das falas nos demais participantes. O entendimento que buscávamos no uso da câmera superava a dimensão do registro das falas. Nossa intenção era considerar a sua presença como mais um *actante* nas atividades, que afeta e é afetado pelos demais atores envolvidos. Além disso, esse recurso partia de um lugar extremamente importante para a pesquisa, principalmente por se tratar de um tema eminentemente político. Entendemos que a presença deste aparato sócio-técnico, capaz de dar consequências mais amplas a uma fala circunscrita no espaço por meio da reprodução das imagens, responsabiliza o falante. A possibilidade de se reproduzir as falas para além do momento presente e em outros espaços estabelece condições que dão aos discursos um caráter de ato público.

Foi a partir desta aposta de trabalho que realizamos as atividades, as quais possibilitaram o surgimento de discussões bastante interessantes, onde o tema das cotas raciais ganhou maior destaque nas negociações discursivas. Após uma análise das oficinas, com a intenção de mapear os discursos ali presentes e refletir sobre as condições e elementos díspares que permitiram seu surgimento, causou-nos um estranhamento perceber o quanto os discursos apontados nos jornais ecoavam nas vozes dos alunos participantes. Examinaremos um trecho específico da atividade realizada com a Turma B que nos pareceu emblemático para ilustrar tal situação, onde os discursos favoráveis as cotas encontram fortes resistências, ocupando uma posição marginal em relação aos discursos contrários.

Neste trecho da filmagem, uma aluna mais velha que chamaremos de Sandra²² – a qual inclusive nos trouxe questões para repensar a categoria de juventude – se posiciona favoravelmente a política de cotas e em pouco tempo a sua fala é silenciada pelos demais alunos:

Sandra - *O que eu acho das cotas é o que eu já tinha falado, eu acho que é um direito que tem o negro de entrar nas universidades, das dificuldades que vem de séculos atrás que impediu essa evolução dele. E hoje em dia a cota é o mínimo que pode se fazer pra integrar as pessoas e não pra separar. A Miriam Leitão aqui, ela fala disso, que é um caminho pro reencontro, não pra dividir a população. E que as cotas também, como tem alguns intelectuais, que falam das cotas como se a pessoa que entrasse por cota não tivesse mérito e a educação cairia de qualidade. E isso não se provou, depois que teve cota, porque já há cotas em algumas universidades e isso não se provou, que quando o negro entra pelo sistema de cotas ele entra e é ruim na faculdade, e que também ele não diminui, a educação não fica ruim.... Então eu acho que a cota deve existir, tem que existir, não precisa ser pra toda vida, mas pra inserir no momento quem quer entrar numa universidade, como eu, como você, que tivemos dificuldade numa educação básica que é fundamental. E não exclui, a cota não exclui a melhor educação de base, essa sim é fundamental. E hoje eu não vejo outro caminho sem ser cota e ação afirmativa pra ingressar no serviço público em cargos de...*

Raquel - *Mas você concorda com cota pra que? Pra negro?*

Sandra - *Pra negro sim.*

Marcos – *Eu acho assim, eu já não penso da mesma forma. Porque assim, se o negro quer batalhar pra entrar numa faculdade, escola pública tá aí. E entra por escola pública. Entra por classe baixa. E não precisa ser cota pra negro. Logo que eles tão separando, e tipo como se fosse assim “negro vai entrar porque negro tem que entrar, porque ele foi mais prejudicado”. O próprio preconceito tá dentro dessa cota.*

Raquel – *Se você separar uma pessoa por ela ser negra, mas cara, ela pensa da mesma forma que eu, ela é de carne e osso que nem eu. Então vai ter uma cota pra uma pessoa que é mais escura que eu, mas eu nem sei se... Eu também sou negra. Não é porque eu tenho olho claro, eu sou branquinha, que eu não venha a ser negro. As nossas origens...*

²² Os nomes dos participantes da oficina são fictícios

Marcos – *Ninguém pode falar que é branco ou que é preto porque o Brasil é um país mestiço.*

Sandra – *É? Então pergunta pro porteiro de um prédio na zona sul que ele vai te dizer qual é o caminho do preto e qual é o caminho do branco.*

Raquel – *Devia existir cota sim, mas pra quem tem baixa renda.*

Sandra – *Hoje é necessária a cota, amanhã outros caminhos virão.*

Raquel – *Devia existir cota pra quem é de baixa renda, aí sim devia existir cota. Pra pessoas que não tem condições de pagar um colégio melhor. Porque tem branco que também não tem condições, e aí? Só por ser mais escuro que eu, e aí?*

João – *O texto da Miriam Leitão tá falando da idéia da escravidão até hoje. Da questão do negro no passado, desde o tempo que era escravo até hoje. E a forma que eles encontraram no passado foi deixar de lado. E aqui no hoje a situação é a mesma. Vamos dar um espaço pra eles, deixa nessa situação. Vamos abrir cotas. Aqui não é tratada a situação de melhorar o ensino, mas de deixar cotas pra nós. É melhor deixar a situação e nós termos as cotas do que melhorar o ensino público.*

Sandra – *Não, eu acho que as duas coisas andam juntas, tem que melhorar o ensino público de base e ter as cotas. As cotas não podem deixar de ter, isso na minha opinião. É uma dívida que o país tem com os negros. O país tem essa dívida com o negro, primeiro pela escravidão, segundo por que não deixou o negro estudar, e terceiro que nos estamos aí. Hoje em dia você abre uma folha de jornal quem tá lá na página de todos os “traficantes” presos: preto. Você anda na rua, os mendigos na rua: pretos. Você vai num hospital público, o que você vê no hospital público: preto. Você vai nas penitenciárias, cadeias: pretos. Então meu filho, a cara da pobreza é a cara preta.*

Jorge – *Eu acho que isso deve ser levado em relação à renda da pessoa, não a cor. Não é porque eu não sou negro, fisicamente... a cor em si mesmo, que eu não tenha direito. Eu posso chegar lá e falar que sou negro. Eu tenho os lábios de negro. Eu posso chegar lá e falar que sou negro e quero cota. Não tenho condições de pagar uma faculdade particular. O problema tá na base, não adianta a gente criar um sistema de cotas, quando o que tá errado tá no inicio, na formação. Se a gente não ganhar uma formação*

boa, a gente nunca vai ter uma qualidade lá na frente boa... Outra coisa que a gente colocou é que a raça no Brasil não existe, porque todos nos aqui somos formados por negros, brancos, pardos, indígenas. Todo mundo aqui é a mistura de tudo.

Rodrigo – *A visão dela (Sandra) eu acho que foi um pouco preconceituosa, quando ela disse que quando abre o jornal tá a cara do negro estampado lá, como isso, não sei o que. Pô, eu acho que a maioria das vezes a gente abre o jornal e vê a cara de um branquinho de gravata, terno, que roubou milhões entendeu? Eu acho que esse negócio assim de ser bandido, fazer o certo ou o errado, não tem na a ver com ser negro ou branco, pobre ou rico, isso tem a ver com o caráter de cada um, Já vem da pessoa. Acho que ela tá sendo preconceituosa.*

Sandra – *Eu não sou preconceituosa, eu sou realista... Eu não to falando de bandido, eu to falando que a maior parte dos bandidos sempre são negros e isso não é uma coisa natural. Não é naturalmente, as pessoas que tão ali nas penitenciarias, nos hospitais, na área de... pobre, elas não tão ali porque querem.*

Apesar de este trecho significar uma parcialidade do que ocorreu durante as oficinas, entendemos que ele foi representativo de um embate discursivo maior, aonde vencedores e vencidos ocupam lugares bem definidos no jogo político em torno da política de cotas raciais. Isso se expressa independentemente do fato de esta medida ter ganhado corpo em diversas regiões do país e podemos acompanhar o lugar solitário que Sandra ocupa frente às interpelações de seus interlocutores, que chegam a chamá-la de preconceituosa e, ao final da atividade, praticamente silenciam seu discurso “dissonante”.

Se partirmos do entendimento que uma série de elementos configura um campo discursivo num dado território semiótico (KASTRUP, 2008), permitindo que alguns discursos tenham um lugar de circulação reconhecido e outros não, seria possível tomar esse acontecimento como um mero acaso? O fato do Invest se localizar dentro do Santo Inácio e ser dirigido por pessoas de classe média não teria uma agência sobre o discurso dos alunos, representando um posicionamento semelhante ao encontrado de forma majoritária nas páginas do *Globo*? Não seria esse um campo de intervenção próprio para um trabalho da equipe de Psicologia, que através de atividades como essa oficina, poderia tensionar certos posicionamentos e entendimentos sobre o campo social.

Estas questões nos motivam a pensar em formas de intervenção que possam agregar uma perspectiva crítica em diferentes esferas do trabalho realizado no Invest, o que nos faz repensar nossas práticas como voluntários e suas consequências para todos os envolvidos neste processo. Junto a isso, é possível pensar sobre essa abordagem de pesquisa-intervenção através das oficinas, visto que um olhar crítico para sobre essa estratégia pode nos ajudar a um reposicionamento para uma nova direção de trabalho.

Considerações finais

O contato com as imagens das oficinas capturadas pela câmera possibilitou o questionamento de algumas escolhas na realização das oficinas, bem como uma revisão metodológica. O número elevado de participantes em ambas, permitiu que uma grande parte dos alunos não se colocasse, ficando “apagados” no interior do grupo mais amplo. A escolha pela divisão em grupos menores também facilitou este processo, pois alguns deles “elegeram” um aluno como porta-voz, deixando de se expressar sobre o assunto. Tornou-se evidente com isso a necessidade de buscar outras disposições nas próximas atividades da pesquisa, bem como estabelecer um recorte melhor definido em relação à população que estamos chamando de jovens (idade, ocupação, nível sócio-econômico).

Outro ponto relevante, que nos remete a concepção da técnica na teoria *ator-rede*, foi desencadeado pelo ângulo em que as imagens foram capturadas, nos ajudando a pensar o lugar da câmera ao longo da atividade. O ângulo das imagens permite observar que as câmeras foram posicionadas fora do círculo constituído pelos alunos. Em discussões internas ao GIPS – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Subjetividade – problematizamos o lugar ocupado pela câmera, mostrando como a sua posição refletia uma intenção nossa de registrar o que fosse espontâneo. Dito de outra maneira era como se estivesse implícito que queríamos “suavizar” a presença da câmera, e deste modo, relativizar nossa própria presença enquanto pesquisadores, capturando o material subjetivo nos discursos sem nossa interferência, como se isso fosse possível.

Estes resultados preliminares nos mostram o quanto é difícil articular e sustentar uma concepção teórica, que promova transformações radicais no modo de se debruçar sobre o mundo, com uma metodologia de pesquisa que se faça coerente. Foi possível notar pela maneira de posicionar as câmeras, que nossa abordagem acabava tendo ressonâncias em um modo de fazer pesquisa que atribui um lugar de neutralidade ao pesquisador, perspectiva da qual discordamos teoricamente, baseados nos conceitos de “enacting” e na teoria *ator-rede*.

Entretanto, nossa abordagem de pesquisa entende que a metodologia não é algo cristalizado, capaz de ser replicada independente das perguntas que se faz ao campo ou das possibilidades que o contato com o mesmo oferece. Deste modo, nossas discussões serviram para repensar nossa postura de forma crítica, bem como o uso da câmera no âmbito de outra pesquisa desenvolvida pelo GIPS, na qual a perspectiva da rede de atores no uso da técnica também está presente. Para nós, não se trata de capturar as sutilezas no discurso dos jovens, como se ali estivesse a verdade sobre eles, mas de produzir, no âmbito da pesquisa, condições para que uma modalidade discursiva de nosso interesse se faça presente na fala deles.

Esse trabalho de pesquisa e extensão possibilitou o surgimento de novas perguntas ao campo e a necessidade de um posicionamento metodológico melhor definido, que pretendo dar continuidade no mestrado, alargando o campo de intervenção para outras iniciativas dentro do movimento dos pré-vestibulares comunitários. Assim, torna-se possível considerar os jovens alunos de diferentes cursos como atores importantes para a formulação das políticas públicas mencionadas, capazes de contribuir diretamente para que as mesmas se tornem mais eficazes no combate às desigualdades da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, R.; TSALLIS, A. O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro. In: Spink, M. J.; Spink, P. (org). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. Cortez. Ed. São Paulo, 2006.

ARENDDT, R. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, 20, Edição especial: 7-11, 2008.

BARCELLOS, L. F. Jovens de pré-vestibulares comunitários na PUC-Rio : experiências e táticas no convívio com a alteridade / Luciana Ferreira Barcellos ; orientadora: Solange Jobim e Souza. – 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

CANDAU, V. M. F. Os desafios pedagógicos na formação docente dos CPVCs. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 46-55.

CASTRO, L. R. Participação Política e Juventude: Do Mal-estar à Responsabilização frente ao Destino Comum. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. 253-269, 2008a.

CASTRO, L. R. Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: Lucia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2008b, v. 1, p. 21-42.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008

COSTA, J. S. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: Regina Novaes; Paulo Vannuchi. (Org.). *Juventude e sociedade - Trabalho, educação, cultura e participação*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, v. 1, p. 75-88.

DAUSTER, T. "Uma Revolução Silenciosa": notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade. *Avá (Posadas)*, v. 1, p. 17-89, 2004.

GUATTARI, F & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: VOZES, 2007

JOBIM E SOUZA, S. ; ALBUQUERQUE, E. D. P. E. . *Wittgenstein e Walter Benjamin: inquietações éticas e filosóficas como formas de viver e pensar*. *Psicologia Clínica*, v. 20, p.1-24, 2008.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. 34. Ed. Rio de Janeiro, 1994. 152p.

LAW, J e URRY, J. "Enacting the Social", published by the Department of Sociology and the Center for Science Studies, Lancaster University, 2002. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc099jju.html>.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2006.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: Lúcia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. 1 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2008, v. 1, p. 465-489.

MIRANDA, L. L. Subjetividade: A (des)construção de um Conceito. In: Solange Jobim e Souza. (Org.). **Subjetividade em questão: A Infância como Crítica da Cultura**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, v.1 , p. 29-46.

MORAES, M. O. . A contribuição da antropologia simétrica à pesquisa intervenção em psicologia social: uma oficina de expressão corporal com jovens deficientes visuais. *Psicologia e Sociedade*, v. esp, p. 41-49, 2008.

MORAES, M. O. *Estudo das Técnicas na perspectiva das redes de atores*. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói*, V.9, n. 2 e 3, P. 60-67, 1997.

NASCIMENTO, A. Universidade e Cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Lugar Comum (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 17, p. 45-60, 2002.

SANTOS, R. E. Pré-vestibulares populares: dilemas e desafios pedagógicos. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 188-204.

SILVA, J. S. A dimensão política das redes sociopedagógicas: uma descrição da experiência do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). In: In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM, H.; COSTA, R. **Cursos pré-vestibulares comunitários espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, v. 1, p. 174-188.

SPINK, M. J. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: Spink, M. J.; Spink, P. (org). **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais**. Cortez. Ed. São Paulo, 2006.